



MOTA, António da Silva (n. 1917)

Nasceu em Miragaia, freguesia do Porto, em 16 de janeiro de 1917. Filho de Joaquim Moreira da Mota, serralheiro civil, e de Ana Alves da Silva, operária fabril, teve uma irmã e um irmão mais velhos. Tirou o curso de técnico de eletrotécnica na Escola Industrial Infante D. Henrique, no Porto, entre 1956 e 1962, e completou um curso por correspondência de rádio e televisão. Aderiu ao Partido Comunista Português (PCP) em 1968. Foi funcionário do partido entre 1974 e 1991, membro da direção da Organização Regional do Porto e membro do Comité Central, entre 1978 e 1991. Em 1958, numa altura em que era militar, participou ativamente na campanha presidencial de Humberto Delgado. Em 1969 e em 1973, foi candidato da Oposição, pelo Porto, às eleições para a Assembleia Nacional. Foi eleito deputado à Assembleia Constituinte pelo Partido Comunista Português em 25 de abril de 1975, mas acabou por ser substituído por Avelino Pacheco Gonçalves em 28 de agosto do mesmo ano por razões de saúde. Foi eleito deputado à Assembleia da República pelo círculo do Porto na lista da Aliança Povo Unido (APU) nas legislativas de 5 de outubro de 1980 e de 25 de abril de 1983 e na lista da Coligação Democrática Unitária (CDU) de 19 de julho de 1987, tendo sido sempre membro do secretariado do grupo parlamentar. Enquanto deputado, defendeu a criação da freguesia de Pedrouços, no concelho da Maia (Projeto de Lei n.º 19/II, entregue no Plenário em 21 de novembro de 1980), foi secretário da Comissão Parlamentar da Defesa Nacional, membro da Comissão Parlamentar de Segurança Social e Trabalho, integrou várias comissões parlamentares de inquérito (incluindo à tragédia de Camarate), foi membro da Delegação Luso-Espanhola e da delegação internacional de acompanhamento das primeiras eleições em Cabo Verde. Em 1988, juntamente com o general Costa Gomes e o advogado Armando Bacelar, fez parte da delegação portuguesa à Conferência Internacional sobre a Desmilitarização da Península da Coreia, que se realizou em Pyongyang. Além da atividade política, destacou-se como sindicalista. Metalúrgico de profissão, em 1970, foi eleito presidente da Assembleia Geral do Sindicato dos Metalúrgicos, cargo que ocupou até 1972. Foi um dos fundadores da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP). Em 1973, numa reunião da Intersindical, foi eleito representante dos trabalhadores portugueses num encontro da Organização Internacional do Trabalho, em Genebra (Suíça), mas o governo proibiu-o de participar e de sair do país. Fez parte da Comissão dos Trabalhadores Democráticos do Porto e foi membro executivo do Movimento Democrático do Porto em representação da sua classe. De agosto de 1983 a fevereiro de 1984, assinou várias crónicas sobre a Assembleia da República no jornal *Norte Popular*. Em 1972, participou no livro *A luta dos trabalhadores metalúrgicos do Porto*, da autoria de Sérgio Ribeiro; colaborou na obra *Sérgio Valente – Um fotógrafo na oposição*, editado em 2010, e no livro *Obreiros da nossa História – Os metalúrgicos*, publicado em 2013 por Vítor Ranita.

Fátima Mariano

Fontes e bibliografia

Arquivo Histórico Parlamentar, Assembleia Constituinte, Registo Biográfico dos Deputados, 1975; Depoimento do próprio; *Diário da República*, n.º 253, I Série, 3 de novembro de 1980; *Diário da República*, n.º 121, I Série, Suplemento, 26 de maio de 1983; *Diário da República*, n.º 182, I Série, 10 de agosto de 1987; Lemos, Mário Matos e, Torgal, Luís Reis, *Oposição e Eleições no Estado Novo*. Coleção Parlamento. Lisboa: Assembleia da República, 2012; Movimento Democrático do Porto – Proclamação dos Candidatos. Basta! Porto: 1973.

Sites: www.casacomum.org



MOTA, Eugénio Augusto Marques da (1932-?, Almôster)

Deputado do PPD eleito pelo círculo de Lisboa, casado, filho de Eugénio Lopes Mota e de Maria Teresa Marques da Mota, nasceu a 1 de maio de 1932, em Almôster, distrito de Santarém. Tendo concluído o curso geral dos liceus e o complementar de ciências, à data da eleição frequentava o 2.º ano do curso superior de economia e era chefe de divisão da direção de vendas da TAP. Entre 1969/71 e 1972/74, exerceu o cargo de presidente da direção da União de Cooperativas de Consumo UNICOOPE. Foi autor de um capítulo numa obra coletiva dirigida por António Sérgio intitulada *Cooperativismo – objetivos e modalidades*. A 29 de outubro de 1975, assumiu o cargo de deputado em substituição de Francisco Pinto Balsemão. A sua primeira intervenção decorreu na sessão de 31 de outubro de 1975, durante o debate do n.º 2 do artigo 4.º, relativo à organização económica (cooperativismo), do projeto da 4.ª Comissão. Na Câmara discutia-se os termos em que deveria ficar consagrado na Constituição o princípio da liberdade de constituição de cooperativas. Os deputados das diversas bancadas parlamentares estiveram todos de acordo quanto à indispensabilidade de constitucionalização do princípio, considerando que o ato de criação de uma cooperativa deveria ser livre e independente de qualquer autorização administrativa ou política. Procuravam assim distanciar-se das práticas governativas do passado. O debate foi dominado sobretudo pela dificuldade dos deputados em estabelecer um consenso em relação à redação final do artigo, havendo uma grande preocupação em evitar que qualquer poder condicionasse o processo de criação das cooperativas. É nesse contexto que o deputado Eugénio da Mota usou da palavra. Na sua intervenção, indo ao encontro das preocupações gerais da câmara, criticou a proposta do MDP/CDE, apoiada pelas bancadas do PS e do PCP, por considerar que a afirmação «sem dependência à autoridade administrativa» não excluía totalmente a hipótese de interferência das autoridades governativas. Na sua perspetiva, a versão da comissão afigurava-se melhor elaborada, ao assegurar que as cooperativas obtinham a «personalidade jurídica por via normativa». Decorrente da liberdade que se pretendia assegurar através da constituição ao processo de criação de cooperativas, os deputados demonstraram a preocupação em garantir a autenticidade das novas cooperativas, que para tal teriam de respeitar os princípios corporativistas. O deputado Eugénio da Mota também se pronunciou sobre esse assunto. Assumindo-se como um ativista corporativo», com vinte anos de